Primeira parte

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. *Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Primeira parte. pp. 4-26. ISBN: 978-85-99662-75-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Primeira parte

Nos primórdios da industrialização brasileira, no final do século XIX já se encontravam desníveis econômicos grandes entre as diversas regiões brasileiras, e por conseguinte grandes diferenças nas suas proporções de pobreza. Ciclos de exportação de produtos primários (açúcar, ouro) sucederam-se na economia escravista em regiões diferentes (o primeiro na região litorânea do Nordeste, o segundo nos vastos vazios do centro do país). Ao entrarem em decadência, sendo substituídos, após largo hiato, por novo ciclo em outra região, deixavam para trás uma vasta população pobre, com ampla proporção negra e mestiça, de escravos e libertos.

O ciclo do café, no século XIX, encontrou o seu meio propício em São Paulo. Articulando-se com a economia mundial, em plena transformação sócio-econômica resultante da revolução industrial na Europa e depois nos Estados Unidos, a economia do café teve destino diferente. O próprio ímpeto de seu desenvolvimento acelerou a decadência do regime escravista, provocou enorme onda de imigrantes e a criação de mercados internos urbanos para produtos industriais. Sobre a prosperidade do café, se superpôs a industrialização substitutiva de importações.

O Sul, por sua vez, teve a sua história econômica e social específica. A imigração que para lá se dirigiu desde os meados do século XIX, foi, ao contrário da paulista (a qual constituiu a mão-de-obra das grandes fazendas de café), uma imigração de agricultores, constituindo bolsões significativos de pequenas propriedades num país de latifúndios. Nessa região, o desenvolvimento econômico se deu muito em função do fornecimento de gêneros alimentícios para a região paulista. A sua decadência veio bem posteriormente, na quarta e quinta décadas deste século, com a perda dos seus mercados no Centro-Sul. A pobreza de sua população é, pois, mais recente, e comparada à do Nordeste, muito menos pronunciada.

A pequena propriedade desenvolveu-se também em São Paulo e no Paraná, nos interstícios do sistema de grandes propriedades, mas bem mais tarde nos anos 20 e 30. No Paraná numa agricultura do café de menor porte, em áreas de colonização planejada e muito como resultado mesmo do movimento para o oeste da cafeicultura paulista. Em São Paulo, com a decadência do café, a partir dos anos 30. Nessas áreas paulistas, desenvolveu-se uma agricultura de alimentos, que passou a abastecer o mercado regional, substituindo em boa parte os fornecedores sulistas.

A industrialização substitutiva de importações, de início, se desenvolveu onde havia mercados urbanos. Tendeu rapidamente a concentrar-se no Centro-Sul, no Rio de Janeiro, e, cada vez mais, em São Paulo, em prejuízo das economias urbano-industriais do Nordeste e do Sul. As desigualdades inter-regionais somente pararam de aumentar, ou pelo menos foram amortecidas as disparidades de crescimento, a partir da década dos 60, com políticas deliberadas de desenvolvimento regional. As indústrias, porém, que, com a política de incentivos, se localizaram no Nordeste, são capital-intensivas, dirigidas para mercados do Sul ou externos. Embora o crescimento industrial daquelas regiões aumentasse, os seus efeitos sobre as condições de vida da maioria da sua população pobre foram quase nulos⁶.

A prevalência da pobreza e as más condições de vida urbanas, em toda parte, refletem de perto a situação da economia regional. Migrações rurais-urbanas aceleraram-se nas regiões pobres, devido à decadência das suas economias regionais. Nas regiões mais ricas (no Centro-sul), o mesmo movimento na direção das cidades decorreu da modernização da agricultura. Nas regiões mais pobres, a urbanização deu-se num ritmo que ultrapassou de muito o desenvolvimento das atividades urbanas modernas. No Centro-Sul, as migrações deram-se em função do desenvolvimento econômico, principalmente pelo aumento das oportunidades do emprego urbano. Mesmo nessa região, migrações pobres tiveram a sua presença, com o aumento das migrações inter-regionais, que se somaram às rurais-urbanas da própria região. A história do Norte e do Centro-Oeste é mais mesclada. Na primeira década deste século, no Norte, ocorreu também - à semelhança dos ciclos econômicos exportadores dos séculos anteriores - o declínio abrupto da economia da borracha, resultando grande aumento da pobreza regional.

Assistiu-se, também, tanto na metade norte do Centro-Oeste como na parte mais oriental do Norte, um movimento constante de camponeses, numa situação em que a "fronteira" permaneceu relativamente aberta durante anos. A criação de Brasília no fim da década dos 50 e a abertura da estrada Belém-Brasília aceleraram o movimento de uma agricultura mais

⁶ Ver Lopes (1968), Castro (1971), e para as décadas mais recentes Camargo & Giambiagi (1991).

moderna para a parte sul do Centro-Oeste e o estabelecimento de uma rede urbana nessa parte do país. Intensificou-se, assim, o movimento camponês do Nordeste em direção do oeste, e, com o fechamento da "fronteira" agrícola, ocorreram por todas essas vastas regiões, movimentos rurais-urbanos e, em particular, o crescimento de populações urbanas pobres nas cidades satélites dos arredores de Brasília.

A essa diversidade das histórias social e econômica regionais sobrepõem-se as variações dos ritmos de crescimento da economia nacional, elevados durante os anos 50, 60 e 70, baixos nos anos 80. O período de movimento ascendente foi interrompido pela recessão de 61 a 64, e a estagnação da última década foi acentuada pela profunda recessão de 81 a 84.

Este é o pano de fundo histórico e econômico que devemos ter em mente para contextualizar as diferenças de proporções de miséria e pobreza e talvez também as de modalidade com que essa pobreza se apresenta, reveladas pela pesquisa domiciliar da PNSN de 1989.

A proporção de pobres no Brasil durante as décadas de 60 e de 70 foi decrescente (principalmente nos anos 70). Estudo de Romão (1991), utilizando dados censais e PNADs e usando linhas de pobreza, definidas grosso modo da mesma maneira como é feito no presente estudo, forneceu-nos as seguintes proporções de pobres para todo o país, nas datas dos censos:

Em 1960, 41,4% ; em 1970, 39,3% e em 1980, 24,4%. Com a recessão no início dos anos 80, elevou-se rapidamente a proporção de pobres: em 1983 estávamos novamente no nível de 1960: 41,9%. A recuperação econômica iniciada em 1985, que culminou com o boom do "Plano Cruzado", fez cair rapidamente a proporção de pobres: em 1986 ela desceu para 28,4%. Nos anos seguintes, a escalada da inflação e a deterioração econômica, com os efeitos recessivos de sucessivos planos de estabilização econômica, elevaram de novo a taxa: 35,9 em 1987 e 39,3% em 1988, voltando ao nível de 1970⁷.

Para os anos 80, é melhor seguir os dados de Sonia Rocha.

⁷ Romão (1991) fornece dados totais para o país incluindo populações urbanas e rurais. Os seus dados da década de 80 foram calculados a partir das PNADs.

Calculados a partir das PNADs, eles se referem às regiões metropolitanas das várias regiões e constam da Tabela 1.

Tabela 1

Proporção de Pobres nas Regiões Metropolitanas, Anos Seleccionados

	Porcentagens			
Regiões Metropolitanas	1981	1983	1986	1989
Belém	50.9	57.6	45.9	39.6
Fortaleza	54.0	56.2	30.1	40.7
Recife	55.6	56.6	39.9	47.2
Salvador	43.1	43.8	37.5	39.0
Belo Horizonte	31.3	44.1	26.4	27.2
Rio de Janeiro	27.2	34.7	23.2	32.5
São Paulo	22.0	34.4	16.9	20.9
Curitiba	17.4	29.6	10.5	13.5
Porto Alegre	17.9	29.7	16.3	21.0
Total	29.1	38.2	22.8	27.9

FONTE: Sonia Rocha (1991). Dados das PNADS.

NEPP/UNICAMP, 1998

Vê-se que as mudanças nas proporções de pobres de cada região metropolitana, como as taxas globais para o Brasil, seguem as flutuações das condições econômicas da década. Entretanto dois outros pontos merecem ser assinalados. Em primeiro lugar, sobressaem os níveis de pobreza extremamente altos das metrópoles do Norte e do Nordeste, contrastando com os níveis médios dos do Sudeste, e com as proporções ainda mais baixas das metrópoles do Sul. Outro ponto que se destaca é o comportamento distinto das taxas de pobreza das metrópoles nordestinas face à recessão de 1981-83. Estas taxas, já muito altas, pouco pioraram naquele período e com a recuperação econômica, por seu turno, caíram bastante. Fica-se com a impressão que a vinculação das populações pobres das cidades nordestinas aos mercados de trabalho é qualitativamente distinta da que vigora nas cidades das outras partes do país. Tema este que voltarei a tratar.

Passarei agora a analisar os dados sobre os domicílios pobres urbanos em 1989 - suas proporções, características e perfis - para o país considerado como um todo. Deixarei para a segunda parte do trabalho o exame da pobreza urbana separadamente para as suas diversas regiões.

Antes, faz-se mister dar os cortes de indigência e de pobreza. Aproveito, na Tabela 2, para colocar ao lado dos nossos dados, referentes ao conjunto das populações urbanas de cada região, as linhas de Sonia Rocha referentes às regiões metropolitanas (valores expressos em dólares).

Tabela 2
Brasil Urbano: Linhas de Indigência e de Pobreza.
Regiões Urbanas e Metrôpoles, 1989

Regiões (*)	Linhas de		US\$ Dólares Mensais Per Capta Metrôpoles (**)	Linhas de Pobreza
	Indig.	Pobreza		
Norte Centro-Oeste Urbanos	22.94	54.37	Belém Brasília	60.69 65.11
Nordeste Urbano	16.36	35.41	Fortaleza Recife Salvador	36.38 44.26 52.70
Sudeste Urbano	20.41	48.37	Belo Horizonte Rio de Janeiro São Paulo	
Sul Urbano	19.32	38.92	Curitiba Porto Alegre	40.15 52.01

(*) Valores das Regiões Urbanas adaptados de dados de Rocha (1991, p. 36) e do ENDEF apud Fava.

(**) Valores para as Metrôpoles baseados em Rocha (1991, p.36).

O valor para Brasília foi retirado do quadro do ENDEF apud Fava (1984, p. 102). Ver Anexo Metodológico.

Essas linhas permitiram-me classificar em cada região, usando os dados de renda domiciliar per capita da PNSN de 1989, os domicílios e as pessoas, segundo os níveis de pobreza, como indigentes (I), pobres não indigentes (Pn) e não pobres NP. Não há cortes para as populações urbanas do país como um todo; os seus dados resultam das somas desses grupos (I, Pn, NP) de todas as regiões. A Tabela 3 resume alguns dados gerais sobre a situação da pobreza entre as populações urbanas do Brasil.

Tabela 3
Brasil Urbano: Distribuição dos Domicílios, Pessoas, Chefes de Domicílio Pretos e Pardos, Domicílios das Regiões N/CO - NE, e Crianças (0 a 3 anos), Segundo Níveis de Pobreza, 1989

	I	Pn	NP	Total de I + Pn	Total Em Milhares
Domicílios	2833.0	5783.3	17070.2	8616.3	25686.5
Pessoas	14553.5	26021.0	63908.4	40574.5	104482.9
Crianças (0 a 3 anos)	2035.1	2517.4	4326.8	4552.5	8879.2
Chefes de Domicílios	1922.9	3278.6	5203.0	5201.5	10404.5
Pretos e Pardos					
Domicílios do Norte, Centro-Oeste e Nordeste	1525.5	2364.7	3883.5	3890.2	7773.7

	Em Porcentagem				
	I	Pn	NP	Total de I + Pn	Total
Domicílios	11.03	22.52	66.46	33.54	100.00
Pessoas	13.93	24.90	61.17	38.83	100.00
Crianças (0 a 3 anos)	22.92	28.35	48.73	51.27	100.00
Chefes de Domicílios	18.48	31.51	50.01	49.99	100.00
Pretos e Pardos					
Domicílios do Norte, Centro-Oeste e Nordeste	19.62	30.42	49.96	50.04	100.00

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Quem são os pobres urbanos? Quais são as suas características mais notáveis? Onde se localizam?

Existem 8,6 milhões de domicílios pobres no Brasil urbano (um terço do total de domicílios, sendo que 2,8 milhões estão no nível de indigência e 5,8 milhões no de pobreza não indigente). Desses domicílios fazem parte 40,6 milhões de pessoas, quase 40 por cento do total da população urbana, fato que indica ser o tamanho médio do domicílio pobre bem maior do que a média prevalecente para o total do Brasil urbano. Além disso, vivem neles 51 por cento das crianças de 0 a 3 anos. Atentando-se para as enormes desvantagens de oportunidades que o meio econômico e social dos domicílios pobres representa (sobejamente demonstradas pela análise que se faz neste estudo), não é difícil concluir sobre a relevância dessa concentração de crianças nesses domicílios para a questão da transmissão da pobreza entre gerações, por mais favoráveis e rápidos que sejam os efeitos de políticas sociais e econômicas inovadoras.

Outros dados dessa tabela, aqueles referentes à população negra e

mestiça⁸, apontam para a continuidade de estruturas e instituições desvantajosas, que, apesar do enorme crescimento econômico que ocorreu no último século, foram incapazes de contrabalançar as desigualdades com que essa população foi de início incorporada à sociedade brasileira. Os chefes negros ou pardos, que são 41 por cento do total de domicílios urbanos, somam 68 por cento dos domicílios indigentes e 57 por cento dos domicílios pobres não indigentes.

Como era de se esperar, os domicílios urbanos indigentes e pobres não indigentes localizam-se, desproporcionalmente, nas regiões de menor desenvolvimento econômico do país: no Norte, Centro-Oeste e no Nordeste. Enquanto essas regiões têm cerca de 30 por cento do total dos domicílios urbanos do país, as proporções que possuem dos domicílios indigentes e dos domicílios pobres não indigentes, são, respectivamente, 54 e 41 por cento.

Analisarei a pobreza urbana segundo as várias regiões na segunda parte deste trabalho. Não é, entretanto, fora de lugar adiantar aqui os dados da Tabela 4 sobre probabilidades de ser pobre, no Brasil urbano de 1989, segundo as regiões e metrópoles.

Tabela 4
Brasil Urbano: Proporção de Pessoas Pobres, Metrôpoles (*) e Regiões Urbanas (**), 1989.

N/CO Urbano	Belém	39.6	49.37
	Fortaleza	40.7	
	Recife	47.2	
	Salvador	39.0	
Nordeste Urbano			59.11
	Belo Horizonte	27.2	
	Rio de Janeiro	32.5	
	São Paulo	20.9	
Sudeste Urbano			31.48
	Curitiba	13.5	
	Porto Alegre	21.0	
Sul Urbano			25.17
Total Metrôpoles		27.9	
Total Urbano			38.83

(*) Apud Sonia Rocha (1991, p.37). Dados PNAD 1989.

(**) Dados PNSN, 1989.
NEPP/UNICAMP, 1998

Notem-se os dois patamares de pobreza, claramente distintos, o das populações urbanas do Sul e do Sudeste, de um lado (onde as probabilidades de uma pessoa ser pobre são, respectivamente, 25 e 31 por cento) e, do outro, o das do restante do país (onde aquela probabilidade atinge 59 e 49 por cento, respectivamente, no Nordeste e no Norte/Centro-Oeste urbanos).

Os dados para as regiões metropolitanas se situam também em vários níveis (variando desde 13,5 por cento para Curitiba até 47 para Recife), consistentes com os dois patamares indicados para as regiões urbanas. Note-se, ademais, que as proporções de pobres nas metrópoles são sempre mais baixas do que as das respectivas regiões, indicando taxas muito mais altas de pobres para as áreas urbanas não metropolitanas.

Além dessas informações iniciais, os dados da Tabela 5 e do Gráfico 1 ajudam-nos a caracterizar com maior clareza quem são os pobres.

Estes dados se referem à estrutura familiar dos domicílios nos diversos níveis de pobreza, estruturas classificadas de uma forma tal que permite situar os domicílios no seu ciclo vital (sua constituição, desenvolvimento e mudanças, e envelhecimento)⁹. O quadro não deve ser

⁹ Na tabela, usam-se os seguintes símbolos:

I = Homens e mulheres, jovens (-34 anos), sós;

CO = Casais jovens (-34 anos), sós;

C1 = Casais jovens (-34 anos), com filhos e outros;

C2 = Casais de 35-59 anos (média), com filhos outros;

101 = Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), com filhos e outros;

102 = Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), sós;

Outros = Outras estruturas familiares;

Pluri = Mais de uma família no domicílio;

M1 = Mulheres chefes jovens (-34), sem cônjuge, com filhos e outros; e

M2 = Mulheres chefes de 35 a 59 anos, sem cônjuge, com filhos e outros.

Note-se que todos os tipos de estrutura, exceto o denominado "pluri" são de domicílios com uma única família. Utilizei-me de uma classificação similar num estudo anterior em que analisei, junto com Andréia Gottschalk, a pobreza na região metropolitana de São Paulo. Naquele estudo utilizávamos como unidade a família, desmembrando os domicílios plurifamiliares. Neste trabalho a unidade é o domicílio, e os domicílios plurifamiliares são colocados como uma forma específica de estrutura familiar, forma por si mesma interessante de ser analisada.

⁸ O termo "pardo" provavelmente indica todos os cruzamentos possíveis a partir de brancos, negros e os vários grupos indígenas.

simplificado demasiadamente. Os domicílios pobres (neles compreendidos os indigentes) apresentam toda a gama de estruturas familiares: famílias jovens, de meia-idade ou idosas, nucleares ou incompletas. Alguns tipos de domicílio, entretanto, são encontrados no nível de pobreza com maior frequência do que seria de se esperar. Ou, em outras palavras, domicílios com estas estruturas têm maior probabilidade de serem pobres do que a média. São eles os de casais jovens com filhos, de idosos só (homens, mulheres ou casais), os domicílios pluri-familiares e, sobretudo, os de mulheres jovens ou de meia-idade), sem cônjuge e com filhos. (Todos estes casos estão marcados com asterisco na tabela, na última coluna). Enquanto estas formas de estruturas familiares aparecem no conjunto da população urbana em 46 por cento dos domicílios, entre as populações pobres essa proporção atinge quase 55 por cento.

Tabela 5
Brasil Urbano: Proporção de Domicílios Pobres Segundo a sua Estrutura Familiar, 1989

Brasil: Urbano, Proporção de Domicílios Pobres Segundo a sua Estrutura Familiar, 1989					
Estruturas Familiares (1)	Pobres	Domicílios		Probabilidade de ser Pobre	
		%	Totais	%	
I	20228	0.23	467708	1.82	4.32
CO	135293	1.57	954283	3.72	14.18
C1	2073661	24.07	5449403	21.22	38.05 (*)
C2	2688949	31.21	8472642	32.98	31.74
ID1	685243	7.95	2080910	8.10	32.93
ID2	537916	6.24	1479228	5.76	36.36 (*)
Outr	379435	4.40	1942069	7.56	19.54
Pluri	868556	10.08	2165660	8.43	40.11 (*)
M1	356965	4.14	599860	2.34	59.51 (*)
M2	870085	10.10	2074774	8.08	41.94 (*)
Total	8616311	100.00	25686537	100.00	33.54

(1) Ver nota de rodapé nº 11

(*) Probabilidade acima da média do país

Fonte: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Os domicílios pluri-familiares merecem um comentário adicional. Examinando-os mais de perto percebe-se que numa grande proporção de casos, os chefes das famílias secundárias neles residentes têm relação de parentesco com o chefe do domicílio - são filhos (as) ou pais (mães) - , e, isoladamente, a sua família têm a estrutura dos tipos prevalentes entre os

pobres. Por exemplo, uma filha com seus filhos morando na casa de seu pai, que é o chefe do domicílio. Assim, os domicílios pluri-familiares são formas, tradicionais ou de estratégia deliberada, de enfrentar fases da vida ou momentos, de especial dificuldade econômica. Como se constata na parte em que se examinam as diferenças regionais, a proporção de domicílios pluri-familiares, bastante distinta de uma região para outra, relaciona-se com quão acentuadas são as diferenças nas probabilidades das outras formas de família serem pobres. Deixemos, porém, a discussão disso para mais tarde.

Outros aspectos desses dados merecem também algumas observações. Examine-se especialmente o Gráfico 1, onde se registram as probabilidades de ser pobre segundo as várias estruturas familiares dos domicílios. Observe-se as proporções de pobres da sequência CO, C1 e C2 — casais sem filhos, em seguida com filhos menores¹⁰, e depois com filhos maiores — e note-se que a probabilidade de ser pobre cresce primeiro abruptamente, para depois decrescer.

¹⁰ Se a média de idade dos casais do grupo C1 é até 34 anos, os seus filhos mais velhos têm, no máximo, ao redor de 12 anos.

Estas relações se verificam também nas diferentes regiões, estudadas isoladamente¹¹. O fator atuante parece ser o fato de crianças representarem inicialmente, além de encargos, impedimento ao trabalho fora de casa da mulher; ao crescerem, estas crianças, realizando algum trabalho, apresentam uma renda adicional, além de 'liberarem' a mulher para o trabalho. O baixo nível educacional e de capacitação em que se encontra grande proporção da população, e sobretudo os baixíssimos salários, levam o fato de casar-se e ter filhos ser suficiente para jogar muitas famílias abaixo da linha da pobreza ou mesmo da indigência. Com o crescimento dos filhos, para uma parte delas, a situação melhora. Todas estas considerações valem com muito maior peso, para o caso das mulheres, sem cônjuge e com filhos. Não só as probabilidades de indigência e pobreza, neste caso, comparadas com as de casais no mesmo estágio da vida, são sempre mais altas, como também decrescem com o aumento da idade da mulher (os filhos ficando mais velhos e entrando no mercado de trabalho)¹².

Outra constante nos dados, seja para o país como um todo, seja para as regiões separadamente, é ser a proporção de pobres entre idosos só mais alta do que quando ainda há filhos em casa (ID2 comparado com ID1). Fato este que está a testemunhar não serem os ganhos de aposentadoria ou pensão universais (variando a proporção de idosos que os possui de região para região), como serem em geral de níveis irrisórios. Está relacionada com este ponto, a análise que faço adiante mostrando que uma das principais diferenças entre estar abaixo da linha de pobreza ou não, é poder ou não continuar trabalhando, conseguir emprego ou não depois de aposentado, sendo sempre esta possibilidade menor para os pobres.

Examinemos, porém, agora, alguns dados selecionados e diversos.

¹¹ Ver também os mesmos resultados em estudo da Região Metropolitana de São Paulo (Lopes e Gottschalk, 1990).

¹² Análise de dados do Censo de 1980 para o Estado de São Paulo permitiram-nos ver o efeito da presença, nos domicílios de mulheres chefes, sem cônjuge e com filhos, de uma "outra pessoa" além dos filhos. Comparações de grupos de famílias que diferem apenas quanto a existir essa outra pessoa (geralmente uma mulher mais velha) mostram que o que acontece com a proporção de pobreza, depende da idade da chefe. A hipótese é que quando ela é jovem, a presença de alguém para cuidar de seus filhos, a libera para o trabalho, diminuindo a sua chance de cair na pobreza; quando ela é mais velha, a presença dessa outra pessoa é puro encargo, e a probabilidade de ser pobre nesse caso é mais alta.

Dados que vão desde a habitação e a sua situação sanitária, até mesmo o grau de isolamento cultural do domicílio, e que nos fazem enxergar melhor o que significa ser pobre no Brasil urbano de hoje.

Tabela 6
Brasil Urbano: Diversos Indicadores de Características Físicas do Domicílio e suas Posses, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Características Selecionadas	I	Pn	NP	Total	Probab. de ser	
					Indig.	Pob. (I Pn)
1-Domicílio Rústico	7.56	3.37	0.48	1.91	43.59 (**)	83.42
2-Paredes de taipa, madeira aproveitada Ou 'outro' material	12.18	6.21	0.97	3.39	39.61 (**)	80.95
3-Cobertura de madeira aproveitada ou 'outro' material	4.01	1.05	0.32	0.89	49.67 (**)	76.26
4-Piso de terra ou de madeira aproveitada	16.65	6.09	0.99	3.87	47.42 (**)	82.95
5-Sem canalização interna de água	45.88	24.46	5.56	14.2	35.43 (**)	74.11
6-Fossa rudimentar, 'outro' esgotamento Ou não tem esgoto	68.69	49.41	20.16	32.1 1	23.58 (**)	58.30
7-Não tem vaso sanitário ou esse não é de cerâmica	48.72	23.72	5.30	14.2 4	37.70 (**)	75.28
8-Lixo não é coletado	50.72	37.77	12.81	22.6 2	24.72 (**)	62.39
9-Rua de terra	66.43	54.02	28.33	38.3 2	19.12 (*)	50.86
10-Não tem T.V.	49.37	27.92	8.78	17.5 7	30.97 (**)	66.81
11-Não tem telefone	97.52	95.60	66.31	76.3 6	14.08	42.32
12-Não tem livros	66.69	50.25	25.11	35.3 7	20.78 (*)	52.84
13-% chefes analfabetos	44.89	27.11	8.08	16.4 2	30.15 (**)	67.32

Nota: O asterisco simples indica que a porcentagem dos indigentes em cada categoria é 1,5 a 2 vezes a média para o total. O duplo asterisco indica que essa relação com a média do total é superior a 2.

Observemos os quatro primeiros itens da tabela, referentes à presença nas cidades da habitação rústica de chão de terra e de paredes e cobertura de materiais aproveitados ou de taipa, por exemplo, situações estas características dos mocambos, das várzeas e das favelas tradicionais. Notamos que se no total da população urbana as habitações rústicas apresentam-se em proporções baixas, entre os domicílios pobres, principalmente entre os de nível de indigência, a sua presença ainda é

significativa¹³.

Muito mais grave é a situação indicada pelos itens 5 a 9 da mesma tabela, aqueles que aquilata mais diretamente as más condições sanitárias da população urbana pobre. Entre os domicílios em nível de indigência, ao redor da metade não têm canalização interna de água, não têm privada e/ou vivem em casas onde não há coleta de lixo; acima de dois terços vivem em ruas sem calçamento e/ou com esgoto, que quando existente, é no máximo uma fossa rudimentar. Para os domicílios pobres não indigentes as proporções dos que caem em cada uma dessas situações extremamente degradadas, são inferiores, porém ainda altas (variando entre um quarto e metade). Não devemos, porém, nos esquecer que esses vários itens não caminham necessariamente juntos, e que basta um deles ser mau para se ter uma péssima situação sanitária como um todo¹⁴.

Finalmente, os poucos dados constantes da parte inferior dessa tabela, permitem visualizar a estreiteza do mundo mental das populações urbanas pobres no Brasil. Dois terços dos domicílios em nível de indigência não têm livros em casa, não contando os escolares e a Bíblia; a metade não tem aparelho de televisão e a quase totalidade, aliás como de resto a grande maioria da população brasileira, não tem telefone. Junte-se a isso o fato de quase metade dos chefes desses domicílios serem analfabetos para se concluir que, em geral, o mundo dessas populações se restringe aos contatos diretos, na sua vizinhança ou no trabalho, o qual só em ser restritivos. Para os pobres não indigentes estas proporções são um pouco melhores, variando de um quarto à metade (fora o telefone, ainda quase totalmente ausente). Todas estas porcentagens, exceto de novo a do telefone, caem drasticamente entre os não pobres.

As tabelas 7, 8 e 9, que se seguem, permitem-nos a análise de quais são as características das pessoas dos domicílios, principalmente as dos seus chefes, que condicionam a situação de pobreza.

Os fatores analisados são os seguintes: a estrutura sexo-idade

desfavorável do domicílio, a capacitação muito baixa de seus membros (avaliada através do baixíssimo nível educacional do chefe), o emprego numericamente insuficiente face o tamanho do domicílio, bem como indicadores da qualidade mesma dos empregos conseguidos (instáveis, sem garantias e de muito má remuneração).

O sentido principal das informações sobre a estrutura de idades pode ser resumido pelo indicador que figura na base da Tabela 7: o número de pessoas em idade normalmente não produtiva (0 a 17 anos e 60 anos e mais) por pessoa em idade produtiva (18 a 59 anos). Este indicador — condicionante básico do índice de dependência comumente usado pelos economistas — é de 1,64 e 1,19 pessoas, para os domicílios indigentes e pobres não indigentes, respectivamente, comparado com 0,71 para os não pobres. Os diferenciais na proporção de mulheres chefes de domicílio, segundo os níveis de pobreza, é outro aspecto das desvantagens embutidas na estrutura sexo-idade dos domicílios. Note-se que estes diferenciais seriam ainda maiores, não fosse o fato de muitas das mulheres chefes de família estarem em domicílios plurifamiliares. Exploraremos mais as implicações desse último fato, quando examinarmos as diferenças regionais.

¹³ Em grandes metrópoles como São Paulo, como revelou o último censo de favelas, metade das casas das mesmas é hoje feita de blocos de concreto, material que a industrialização tomou barato.

¹⁴ Esta é a idéia fundamental atrás do indicador de satisfação de necessidades básicas que foi utilizado neste trabalho. Ver adiante.

Tabela 7

Vários Indicadores da Composição Etária e Por Sexo dos Membros do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Indicadores	Níveis de Pobreza				Probabilidade de ser	
	I	Pn	NP	Total	Indigente	Pobre (I e PN)
Distribuição Etária						
(1) 0 – 9	35.87	25.94	18.30	22.69	22.21 (*)	50.90
(2) 10 – 17	20.86	20.65	14.93	17.20	17.04	47.16
(3) 18 – 59	37.95	45.66	58.42	52.34	10.19	32.07
(4) 60 +	5.33	7.75	8.35	7.77	9.63	34.63
Médias de Pessoas						
Por Domicílio						
(1) 0 – 9	1.841	1.165	0.675	0.914	-	-
(2) 10 – 17	1.071	0.927	0.551	0.693	-	-
(3) 18 – 59	1.948	2.050	2.155	2.109	-	-
(4) 60 +	0.273	0.348	0.308	0.313	-	-
Total	5.137	4.499	3.744	4.068	-	-
Porcentagem de Chefes Mulheres	30.25	23.99	18.95	21.33	15.64	40.96
Pessoas em Idade Não Produtiva Por Pessoa em Idade Produtiva (**)	1.64	1.19	0.71	0.91	-	-

(*) Ver nota da Tabela 6

(**) [(1) + (2) + (4)] / (3)

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Grandes proporções dos chefes de domicílios indigentes e pobres não indigentes — mais de dois terços dos primeiros e mais da metade dos últimos — ou são analfabetos ou têm uma base escolar extremamente precária (no máximo concluíram três séries escolares).

Tabela 8

Brasil Urbano: Características do Chefe do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, 1989

Características dos Chefes	Nível de Pobreza				Probabilidade de Ser	
	I	Pn	NP	Total	Indig.	Pobre (I e Pn)
% Chefes Analfabetos	44.89	27.11	8.08	16.42	30.15 (**)	67.32
Séries Concluídas						
0 a 3	68.40	51.95	25.71	36.42	20.97 (*)	53.28
4 a 8	29.25	41.91	44.14	41.98	7.78	30.40
+ de 8	2.35	6.14	30.15	21.60	1.22	7.65
% Chefes Mulheres	30.25	23.99	18.95	21.33	15.64	40.96
% Chefes Ocupados	66.13	77.34	81.81	79.07	9.22	31.25
Posição na Ocupação						
Empregado	54.06	64.00	62.55	62.08	8.03	30.74
Ocupação Agrícola (1)	10.70	5.08	1.00	2.79	35.37 (**)	75.45
Conta Própria	33.70	27.99	28.29	28.72	10.82	32.30
Empregador	1.24	2.59	7.93	6.14	1.87	11.18
Não Remunerado	0.30	0.34	0.24	0.27	10.32	38.24
% Chefes 40 anos + que recebem Aposentadoria ou pensão	34.41	39.50	43.15	41.40		
% Chefes c/ ocup. " Pobres" (2)	43.39	44.51	22.95	30.06	15.92 (*)	49.26
% Chefes Empregados sem Carteira Assinada	53.22	31.97	20.69	26.26	18.26 (**)	46.79
% Chefes Conta Própria, Empregador e Não Remunerado	53.22	31.97	20.69		14.55 (*)	40.75
Não Contribuinte	85.22	73.24	45.03	54.22	14.55 (*)	40.75
% Chefe que procurou trabalho						
Nas últimas 4 semanas	16.69	8.63	4.80	6.97	26.39 (**)	54.26
Nos últimos 12 meses (3)	9.26	14.10	6.70	8.65	11.81	48.52
Não procurou	74.05	77.27	88.50	84.38	9.68	30.30

(1) Parceiro empregado, trabalhador agrícola e Parceiro Conta Própria

(2) Ver Anexo Metodológico

(3) Exclusive das últimas 4 semanas

(*) e (**) Ver nota da Tabela 6

FONTE: PNSN 1989

NEPP/UNICAMP 1998

O fato de também dois em cada três dos chefes indigentes e 57 por cento dos chefes pobres não indigentes, serem pretos ou pardos mostra como desvantagens no passado junto com situações discriminatórias no presente) marcam o peso da transmissão inter-generacional da pobreza (como consta da Tabela 3).

A Tabela 8 traz-nos dados sobre o emprego dos chefes de domicílio pobres e a sua 'qualidade'. O principal fato a ser destacado sobre a posição na ocupação é a alta proporção de 'ocupações agrícolas' (trabalhador na agricultura, parceiro empregado e parceiro conta própria) entre os chefes pobres (mais de 10 por cento entre os indigentes e mais de 5 entre os outros pobres). Como veremos na Segunda Parte, estas porcentagens, altas para populações urbanas, devem-se principalmente às regiões de maior desenvolvimento econômico. Nelas a modernização agrícola nas últimas décadas significou a expulsão das formas tradicionais de lavradores, estabelecidos nas propriedades, e a sua substituição por 'bóias-frias', proletários agrícolas, volantes que moram nas periferias das cidades nas zonas de grande lavoura. Com trabalho instável, às vezes sazonal, 'bóias-frias', junto com outros lavradores, chegam a representar um em cada dez dos chefes de domicílio indigentes das cidades do país. Igualmente significativas são as proporções altas de ocupações de chefes que podem ser caracterizadas como 'pobres', ou seja tipicamente de baixa remuneração (acima de dois quintos para os dois níveis de pobreza comparados com um quinto para os não pobres). Outros indicadores da mesma tabela apontam também para a extrema precariedade e falta de garantias e segurança do trabalho dos chefes de domicílios pobres. Um em cada dois dos chefes indigentes que são empregados não têm carteira assinada (para os pobres não indigentes, quase um em cada três); são ainda cinco em cada seis os chefes indigentes que trabalham por conta própria¹⁵ não contribuindo para qualquer sistema de previdência (para os pobres não indigentes essa proporção é de quase três em cada quatro) — em todos os casos, como se pode observar, as proporções correspondentes para o total dos chefes de domicílio na população são muito menores. Tomo a informação sobre a procura de emprego como sinal de instabilidade ou precariedade do trabalho. Um em cada quatro dos chefes indigentes e bem mais de um em cada cinco dos pobres não indigentes confirmaram ter procurado trabalho nos últimos 12 meses (a proporção dos não pobres é de um em cada

¹⁵ A estatística é calculada para trabalhadores por conta própria juntos com "empregadores e não remunerados", no entanto, estes últimos representam muito pouco do total, no caso dos pobres, indigentes ou não.

nove)¹⁶.

Considerando-se as estatísticas para o conjunto de moradores do domicílio, constantes da Tabela 9, são esclarecidos alguns outros aspectos da situação de trabalho e de renda dos setores pobres da população. A estrutura demográfica desfavorável dos domicílios pobres, particularmente dos indigentes, somada à falta de emprego e à baixa qualificação de seus membros, resultam, com alta frequência, em enormes encargos para as pessoas que neles trabalham. Nos indigentes, mais de três quartos ou não têm pessoas ocupadas ou têm uma relação de três ou mais pessoas por pessoa ocupada; nos domicílios pobres não indigentes essas situações valem para bem mais de um domicílio em cada dois, enquanto nos domicílios não pobres valem para cerca de um domicílio em cada três.

Aqui, de passagem, vai uma palavra de cautela. As altas proporções de domicílios com zero ocupados e de membros desempregados, entre as populações pobres, apontam, como já foi mencionado, para a necessidade de distinguir nessas populações, situações de pobreza perene ou crônica de outras situações, de pobreza mais recente. Esta pobreza é resultante dos períodos mais frequentes de desemprego, com a recessão, e/ou da perda de poder aquisitivo dos salários e dos proventos de aposentadoria e de pensão, com as altíssimas taxas de inflação. Condições essas derivadas do prolongado período de recessão, do baixo crescimento e da estagnação econômica, além da deterioração das finanças estatais, por que passa o país desde o início dos anos 80. Como base para o que se afirma, veja-se nessa tabela as médias altas de desempregados por domicílio entre os membros dos domicílios pobres¹⁷, como também as proporções altas, entre eles, de domicílios que 'só têm outras rendas', não provenientes do trabalho. Que estas outras rendas são muito baixas é indicado pelo próprio fato do domicílio estar classificado como pobre, indigente ou não. Veja-se também

¹⁶ Aqui só consideramos o ato mesmo de procura de trabalho, sem nos preocuparmos se o informante estava ou não desempregado ou se achou ou não o trabalho procurado. Adiante trazemos informações sobre o desemprego entre todos os moradores do domicílio. Quanto aos chefes indigentes, apenas dois em cada três deles estavam trabalhando (três em cada quatro, para os chefes pobres não indigentes), os demais estando desempregados ou inativos.

¹⁷ O dado sobre a média de desempregados por domicílio é revelador: o valor para os domicílios pobres indigentes é quase três vezes e meia (e o para os pobres não indigentes bem mais de duas vezes) a média para os domicílios não pobres.

a distribuição dos domicílios segundo a condição de atividade dos seus membros, nas suas várias combinações: por exemplo, 27 e 20 por cento, respectivamente, dos domicílios indigentes e dos pobres não indigentes têm pelo menos um desempregado.

Tabela 9
Características do Trabalho e Renda dos Membros dos Domicílios, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Distribuição dos Domicílios	Nível de Pobreza			Probabilidade de ser		
	I	Pn	NP	Total	Indigente	Pobre (I Pn)
Segundo o Número de Pessoas por Ocupado:						
0 Ocupados	16.71	10.34	6.58	8.55	21.56 (*)	48.81
Até 3 Pessoas	21.84	43.64	66.42	56.37	4.27	21.70
3 e mais Pessoas	61.45	46.01	27.00	35.08	19.32 (*)	48.85
Segundo o Tipo de Renda Das Pessoas do Domicílio:						
Só Renda Trabalho	56.67	49.77	40.38	44.27	13.99	39.25
Só "Outras" (1) Rendas	20.72	10.69	6.93	9.28	24.41 (**)	50.28
Renda Trabalho e Outras	22.61	39.54	52.69	46.45	5.32	24.45
Segundo a Condição de Atividade das Pessoas do Domicílio						
Só Inativos	11.97	9.09	6.14	7.45		
Um ou + Desempregados	27.21	20.46	9.52	13.93		
Ocupados e Inativos	51.49	58.89	55.27	55.67		
Só Ocupados	9.33	11.56	29.07	22.95		
Médias por Domicílio						
Ocupados	1.285	1.624	1.804	1.706	-	-
Desempregados	0.365	0.234	0.104	0.162	-	-
Inativos	1.642	1.465	1.101	1.243	-	-
Total	3.292	3.322	3.010	3.111	-	-
Média de Pessoas por						
Ocupado	3.998	2.771	2.075	2.384	-	-
Média de Pessoas por Pessoas na PEA						
	3.114	2.422	1.962	2.177	-	-

(1) Aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outras

(*) e (**) Ver Nota da Tabela 6

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP 1998.

Tento, agora, no final desta parte, discutir baseado em alguns outros dados essa questão da separação de componentes da pobreza. Da existência de uma pobreza estrutural ou perene, distinta de uma pobreza mais recente, talvez transitória ou conjuntural (o que só outros estudos e o tempo poderão confirmar). Em seguida, examino a variação da dimensão desses componentes nas várias regiões do país.

Como já dito anteriormente, o método usado para abordar essa questão foi cruzar os níveis de pobreza dos domicílios (Indigentes, Pobres Não Indigentes e Não Pobres), com a sua posição segundo têm ou não as suas necessidades básicas satisfeitas (NBI, quando não as têm, e NBS, quando as têm). O indicador utilizado de necessidades básicas insatisfeitas foi, como já foi dito, uma combinação de seis variáveis, quatro das quais se referem a condições sanitárias da habitação, uma à relação entre casa e os seus moradores (número de pessoas por dormitório) e uma mais propriamente social, qual seja a presença ou não de crianças em idade escolar (7 a 11 anos) fora da escola. Se apenas uma das variáveis indica uma situação má, o domicílio é já considerado como tendo necessidades básicas insatisfeitas (NBI); os demais domicílios são considerados com necessidades básicas satisfeitas (NBS)¹⁸.

Com isso dividimos os domicílios em 6 caselas. A comparação de algumas características selecionadas dos chefes destes seis conjuntos de domicílios permite avançar na discussão dos componentes da pobreza.

Apresentemos, primeiro, os dados (Tabela 10). Nota-se que o indicador NBI/NBS, no caso de todas as características da Renda Domiciliar per capita (Indigentes, Pobres Não Indigentes e Não Pobres).

Assim, os sub-grupos NBS, em cada nível de pobreza e não pobreza, têm menor proporção de chefes analfabetos ou de pretos ou pardos, e maior proporção de chefes mulheres ou de chefes com escolaridade superior a três séries concluídas. Em suma, esses domicílios com necessidades básicas satisfeitas, quando comparados com aqueles com necessidades insatisfeitas, no mesmo nível de pobreza contudo, possuem chefes com menor handicap (como é indicado por exemplo pela menor proporção de pretos e pardos) e

¹⁸ Ver mais informações sobre o indicador de necessidades básicas insatisfeitas no "Anexo Metodológico".

melhor preparados para o trabalho¹⁹.

Por outro lado, os trabalhos que esse grupo de chefes fazem são menos instáveis e têm mais garantias sociais. Esse fato é indicado, de uma forma consistente, pelas menores proporções entre eles, de ocupações

Tabela 10

Brasil Urbano: Características selecionadas dos Domicílios e dos seus Chefes, segundo cruzamento de Níveis de Pobreza com Indicador de Insatisfação de Necessidades Básicas (1), 1989.

Características Selecionadas	Indicador de Necessidades Básicas	Nível de Pobreza			
		I	Pn	NP	Total
Características dos Domicílios					
Número de Domicílios (milhares)	NBI	1503.0	1707.7	1624.9	4835.6
	NBS	1324.2	4069.0	15394.7	20787.9
% de Domicílios em Cada Casela	NBI	5.87	6.67	6.34	18.87
	NBS	5.17	15.88	60.08	81.13
% de Domicílios com 0 Ocupados	NBI	14.42	8.07	3.01	8.34
	NBS	19.10	11.16	6.93	8.53
Características dos Chefes					
% Chefes Analfabetos	NBI	54.40	35.16	16.56	34.89
	NBS	34.04	23.72	7.19	12.14
% Chefe Mulheres	NBI	29.92	23.51	13.75	22.22
	NBS	30.71	24.07	19.45	21.07
% Chefes Pretos ou Pardos	NBI	79.33	67.97	51.25	65.88
	NBS	54.92	51.94	28.28	34.61
% Chefes Empregados Sem Carteira Assinada	NBI	61.99	37.02	26.33	39.74
	NBS	40.63	29.57	20.07	22.92
Empregador e Não Remunerados					
Não Contribuintes	NBI	88.22	90.74	82.10	86.70
	NBS	81.65	65.65	41.12	47.24
% Chefes com Ocupações Agrícolas (2)	NBI	12.92	7.04	3.40	7.32
	NBS	7.71	4.17	0.72	1.71
% Chefes que procuraram Trabalho últ. 12 meses (3)	NBI	28.59	30.10	17.03	25.24
	NBS	22.87	19.59	10.92	13.38
% Chefes com 4 ou mais Séries concluídas	NBI	21.40	41.79	64.52	43.03
	NBS	43.13	50.63	75.29	68.34

(1) Sobre o indicador de satisfação de necessidades básicas, ver o texto.

(2) Parceiro empregado, trabalhador agrícola e parceiro conta própria.

(16) O dado sobre a média de desempregados por domicílio é revelador: o valor para os domicílios pobres indigentes é quase três vezes e meia (e o para os pobres não indigentes bem mais de duas vezes) a média para os domicílios não pobres.

(17) Ver mais informações sobre o indicador de necessidades básicas insatisfeitas no "Anexo Metodológico".

(3) Inclusive os que procuraram emprego nas últimas 4 semanas.

FONTE: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998.

¹⁹ O dado de interpretação mais difícil é o da maior proporção de chefes mulheres. Note-se, no entanto, que nos dois níveis de pobreza as diferenças para mais, do lado dos domicílios com necessidades satisfeitas, são muito pequenas. A proporção de chefes mulheres é substancialmente maior no caso dos não pobres.

agrícolas, de empregados sem carteira de trabalho, de ocupações por conta própria sem a contribuição para sistemas de previdência, como também de chefes que no último ano tenham procurado trabalho.

Finalmente, — e esse fato deve ser relacionado com os anteriores — entre os domicílios que têm necessidades básicas satisfeitas, comparados aos outros do mesmo nível de pobreza, existem proporções sensivelmente superiores de domicílios com nenhum ocupado. Tudo aponta para o fato de que o indicador de necessidades básicas separa, em cada nível de pobreza, aqueles domicílios cuja situação de indigência ou de pobreza é mais duradoura, crônica (estrutural), daqueles em que ela decorre de condições economicamente difíceis, mas recentes ou talvez passageiras.

Podemos, assim, usá-lo, numa primeira aproximação, para destacar componentes distintos da pobreza. O cruzamento de domicílios pobres e não pobres com o indicador de satisfação de necessidades básicas resulta em quatro situações, que juntamente com a indicação de suas dimensões para o Brasil urbano, são as seguintes²⁰:

Pobres estruturais — Famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas insatisfeitas: 3,21 milhões de domicílios ou 12,53 % do total;

Pobres mais recentes — Famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas: 5,39 milhões de domicílios ou 21,05 % do total;

²⁰ Não se deve dar demasiada importância às denominações dos componentes da pobreza. Estes nomes deveriam resultar de um conhecimento mais completo da natureza dos vários componentes, conhecimento que ainda não temos. As denominações usadas no texto inspiram-se, em parte, no estudo de Filgueiras (1991). Note-se, ainda, que na presente análise, ignoro a distinção entre indigência e pobreza não indigente, pois o tamanho da amostra da PNSN com que estou trabalhando, torna tal refinamento pouco confiável. São necessárias algumas observações adicionais sobre a questão do dimensionamento dos componentes da pobreza. É claro que essas dimensões dependem da especificação mesma das variáveis que entram no indicador de necessidades básicas. Entre as estudadas pela PNSN, eu me restringi àquelas variáveis que me pareciam indisputáveis, na situação brasileira, como estando se referindo a necessidades básicas. É claro que assim eu estava quase me restringindo ao mínimo dos mínimos. Resultarão, portanto, dimensões do componente de "pobreza estrutural" maiores (e também da "pobreza por NBI"), com qualquer concepção mais abrangente de necessidades básicas.

Pobres por NBI — Famílias acima da linha de pobreza e com necessidades básicas insatisfeitas: 1,62 milhões de domicílios ou 6,34 % do total;

Não pobres *stricto sensu* — Famílias acima da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas: 15,39 milhões de domicílios ou 60,08 % do total.

Na segunda parte deste trabalho, passo a estudar as diferenças regionais da pobreza. Começarei essa análise apresentando dados sobre essas diferentes situações de pobreza aqui identificadas, nas várias regiões brasileiras.